

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO
SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNICAMP
DIRETORIA DE TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO

L525h Le Goff, Jacques, 1924-2014
História e memória / Jacques Le Goff; tradução
Bernardo Leitão... [et al.]. – 7ª ed. revista – Campinas,
SP: Editora da Unicamp, 2013.

Tradução de: *Storia e memoria*

1. Historiografia. I. Título.

ISBN 978-85-268-1008-2 CDD 907.2

Índice para catálogo sistemático:

1. Historiografia 907.2

Copyright © 1977, 1978, 1979, 1980, 1981 e 1982
by Giulio Einaudi editore s.p.a., Torino

Copyright © 2013 by Editora da Unicamp

Os ensaios aqui reunidos foram originalmente publicados nos
volumes I, II, IV, V, VIII, X, XI, XIII, XV da *Enciclopédia Einaudi*.

1ª edição, 1990
2ª reimpressão, 2016

Direitos reservados e protegidos pela lei 9.610 de 19.2.1998.
É proibida a reprodução total ou parcial sem autorização,
por escrito, dos detentores dos direitos.

Printed in Brazil.
Foi feito o depósito legal.

Direitos reservados à

Editora da Unicamp
Rua Caio Graco Prado, 50 — Campus Unicamp
CEP 13083-892 — Campinas — SP — Brasil
Tel./Fax: (19) 3521-7718/7728
www.editoraunicamp.com.br — vendas@editora.unicamp.br

PREFÁCIO 9

PRIMEIRA PARTE – A HISTÓRIA

HISTÓRIA.....	21
<i>Paradoxos e ambiguidades da história</i>	27
<i>A mentalidade histórica: os homens e o passado</i>	49
<i>As filosofias da história</i>	76
<i>A história como ciência: o ofício de historiador</i>	104
<i>A história hoje</i>	123

SEGUNDA PARTE – PENSAR A HISTÓRIA

ANTIGO/MODERNO.....	161
<i>Um par ocidental e ambíguo</i>	161
<i>A ambiguidade de antigo: a Antiguidade greco-romana e as outras</i>	164
<i>Moderno e os seus concorrentes: moderno e novidade, moderno e progresso</i>	166
<i>Antigo/moderno e a história: querelas entre antigos e modernos na Europa pré-industrial (séculos VI-XVIII)</i>	167
<i>Antigo/moderno e história: modernismo, modernização, modernidade (séculos XIX e XX)</i>	172
<i>Os domínios do modernismo</i>	183
<i>As condições históricas de uma tomada de consciência do modernismo</i>	187
<i>Ambiguidade do moderno</i>	189
PASSADO/PRESENTE.....	193
<i>A oposição passado/presente em psicologia</i>	195
<i>Passado/presente à luz da linguística</i>	197

- NIANGORAN-BOUAH, G. *La division du temps et le calendrier rituel des peuples lagunaires de Côte d'Ivoire*. Paris: Institut Ethnologique, 1964.
- OZOUF, M. *La fête révolutionnaire: 1789-1799*. Paris: Gallimard, 1976.
- SEBAG, L. *L'invention du monde chez les indiens pueblo*. Paris: Maspero, 1971.
- SÉBILLOT, P. *Le folk-lore de la France*. Paris: Guilmoto, 1904-1907.
- SOUSTELLE, J. *La pensée cosmologique des anciens mexicains (représentation du monde et de l'espace)*. Paris: Hermann, 1940.

DOCUMENTO/MONUMENTO*

Os materiais da memória coletiva e da história

A memória coletiva e a sua forma científica, a história, aplicam-se a dois tipos de materiais: os *documentos* e os *monumentos*.

De fato, o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores.

Estes materiais da memória podem apresentar-se sob duas formas principais: os *monumentos*, herança do passado, e os *documentos*, escolha do historiador.

A palavra latina *monumentum* remete à raiz indo-europeia *men*, que exprime uma das funções essenciais do espírito (*mens*), a memória (*memini*).

* Enquanto *conhecimento* do passado (cf. *passado/presente*), a *história* não teria sido possível se este último não tivesse deixado traços, monumentos, suportes da *memória* coletiva. Dantes, o historiador operava uma escolha entre os vestígios, privilegiando, em detrimento de outros, certos monumentos, em particular os escritos (cf. *oral/escrito, escrita*), nos quais, submetendo-os à *crítica* histórica, se baseava.

Hoje o método seguido pelos historiadores sofreu uma mudança. Já não se trata de fazer uma seleção de monumentos, mas sim de considerar os documentos como monumentos, ou seja, colocá-los em série e tratá-los de modo quantitativo; e, para além disso, inseri-los nos conjuntos formados por outros monumentos: os vestígios da cultura material, os objetos de coleção (cf. pesos e medidas, moeda), os tipos de habitação, a paisagem, os fósseis (cf. *fóssil*) e, em particular, os restos ósseos dos animais e dos homens (cf. *animal, homem*). Enfim, tendo em conta o fato de que todo o documento é ao mesmo tempo verdadeiro e falso (cf. *verdadeiro/falso*), trata-se de pôr à luz as condições de produção (cf. *modo de produção, produção/distribuição*) e de mostrar em que medida o documento é instrumento de um poder (cf. *poder/autoridade*).

O verbo *monere* significa “fazer recordar”, de onde “avisar”, “iluminar”, “instruir”. O *monumentum* é um sinal do passado. Atendendo às suas origens filológicas, o monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação, por exemplo, os atos escritos. Quando Cícero fala dos *monumenta huius ordinis* (Philippicae, XIV, 41), designa os atos comemorativos, quer dizer, os decretos do senado. Mas, desde a Antiguidade romana, o *monumentum* tende a especializar-se em dois sentidos:

- 1) uma obra comemorativa de arquitetura ou de escultura: arco de triunfo, coluna, troféu, pórtico etc.;
- 2) um monumento funerário destinado a perpetuar a recordação de uma pessoa no domínio em que a memória é particularmente valorizada: a morte.

O *monumento* tem como características o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas (é um legado à memória coletiva) e o reenviar a testemunhos que só numa parcela mínima são testemunhos escritos.

O termo latino *documentum*, derivado de *docere*, “ensinar”, evoluiu para o significado de “prova” e é amplamente usado no vocabulário legislativo. É no século XVII que se difunde, na linguagem jurídica francesa, a expressão *titres et documents*, e o sentido moderno de testemunho histórico data apenas do início do século XIX. O significado de “papel justificativo”, especialmente no domínio policial, na língua italiana, por exemplo, demonstra a origem e a evolução do termo. O documento que, para a escola histórica positivista do fim do século XIX e do início do século XX, será o fundamento do fato histórico, ainda que resulte da escolha, de uma decisão do historiador, parece apresentar-se por si mesmo como prova histórica. A sua objetividade parece opor-se à intencionalidade do monumento. Além do mais, afirma-se essencialmente como um testemunho *escrito*.

No final do século XIX, Fustel de Coulanges pode ser tomado como um testemunho válido de como *documento* e *monumento* se transformaram para os historiadores. Os dois termos encontram-se, por exemplo, nas clássicas páginas do primeiro capítulo de “La monarchie franque” (1888, pp. 29, 30, 33):

Leis, cartas, fórmulas, crônicas e histórias, é preciso ter lido todas estas categorias de *documentos* sem omitir uma única [...]. Encontraremos no curso destes estudos várias opiniões modernas que não se apoiam em *documentos*, deveremos estar em condições de afirmar que não são conformes a nenhum texto, e por esta razão não nos cremos com o direito de aderir a elas. A leitura dos *documentos* não serviria, pois, para nada se fosse feita com ideias preconcebidas [...]. A sua única habilidade (do historiador) consiste em tirar dos *documentos* tudo o que eles contêm e em não lhes acrescentar nada do que eles não contêm. O melhor historiador é aquele que se mantém o mais próximo possível dos textos.

É claro que, para Fustel, como para a maior parte dos historiadores embebidos de um espírito positivista, “documento = texto”. A esta história, fundada em documentos que se impõem por si próprios, Fustel de Coulanges opõe o espírito e a realização da história erudita alemã, tais como se exprimem, por exemplo, nos *Monumenta Germaniae historica*, e marcados, segundo ele, não pelo signo da ciência, mas pelo do patriotismo.

Pode-se, então, falar de um triunfo do *documento* sobre o *monumento*. Lento triunfo. Quando, no final do século XVII, Don Jean Mabillon publica o seu *De re diplomatica*, fundamento da história “científica” que vai permitir a utilização crítica do *documento* e de certa maneira criá-lo, trata-se apenas ainda de *monumento*.

Quando, em 1759, o inspetor-geral das finanças do rei da França, Silhouette, decide a criação de um depósito-geral de Direito Público e de História — que será mais tarde o Cabinet des Chartres — e confia a direção ao advogado e publicista Jacob-Nicolas Moreau, historiógrafo da França, este escreve: “Baseado em *monumentos* do meu depósito, empreendi a história da nossa constituição e do nosso direito público [...] o nosso direito público, uma vez fundado em fatos e *monumentos* reconhecidos, estará mais do que nunca ao abrigo das vicissitudes que produz o arbítrio” (Paris, Bibliothèque Nationale, Collection Moreau, nº 283, fl. 33; cf. Barret-Kriegel, 1978).

O inspetor-geral Bertin, sucessor de Silhouette, escreve ao rei Luís XVI: “A história e o direito público de uma nação são apoiados por *monumentos*” (Collection Moreau, nº 309, fl. 102).

No seu relatório de 10 de março de 1837 a Guizot, Augustin Thierry escreve ainda: “Assim, a recolha dos *monumentos* da história do Terceiro

Estado deve, de certa maneira, fazer vir à luz as raízes mais profundas e mais vivas da nossa ordem social atual [...]. Porque realiza um dos votos mais queridos das grandes inteligências históricas do século XVIII [...] que viam nos *monumentos* da legislação municipal a origem mais segura e mais pura do nosso antigo direito consuetudinário” (1837, p. 28).

O termo “monumentos” será ainda correntemente usado no século XIX para as grandes coleções de documentos. O caso mais célebre é o dos *Monumenta Germaniae histórica*, publicados a partir de 1826 pela sociedade fundada em 1819 pelo barão Karl von Stein, para a publicação das fontes da Idade Média alemã.

Em Turim, aparecem, a partir de 1836, por decisão do rei Carlos Alberto, os *Monumenta historiae patriae*. Assim, pouco a pouco, são editadas nas diversas províncias italianas coleções de *Monumenti*: os *Monumenti di storia patria delle provincie modenesi*, a partir de 1861; os *Monumenti istorici pertinenti alle provincie della Romagna*, a partir de 1869; os *Monumenti storici*, publicados pela Regia Deputazione Veneziana de História-Pátria a partir de 1876; os *Monumenti storici* publicados pela Società Napoletana di Storia Patria a partir de 1881.

O termo “documento” colocar-se-ia em primeiro plano, por um lado, destacando-se de um conjunto de palavras (*provas, instrumentos, testemunhos* etc.) que tentavam reunir os novos métodos da memória coletiva e da história ao desejo de provar cientificamente (o bolandista Daniel van Papenbroeck, pioneiro, como Mabillon, da crítica histórica na segunda metade do século XVII, recomendara o estudo das velhas cartas *ad historicam probationem*, “com os fins de prova histórica”) e, por outro lado, devido à renovação da legislação e do direito (“esta ciência”, escrevia Bertin a Luís XVI [Collection Moreau, nº 309, fl. 102], “depende daquela da legislação”).

A partir de 1791, Bréquigny e La Porte du Theil publicam o primeiro volume dos *Diplomata, chartae, epistolae, leges aliaque instrumenta ad res Gallo-Francicas spectantia...*

Chateaubriand, profeta de uma nova história, escreverá no prefácio dos *Études historiques* (1831): “Os antigos conceberam a história de modo diferente do nosso [...] libertos das imensas leituras sob as quais tanto a imaginação como a memória são esmagadas, tinham poucos documentos para consultar” (apud Ehrard e Palmade, 1964, p. 190).

Na França, aparece, a partir de 1835, a *Collection de documents inédits sur l'histoire de France*. Os *Documenti di storia italiana* são publicados pela Regia Deputazione sugli Studi di Storia Patria per le Provincie di Toscana, dell'Umbria e delle Marche desde 1867; os *Documenti per service alla storia di Sicilia*, publicados pela Società Siciliana per la Storia Patria, aparecem a partir de 1876. Na historiografia institucional de todos os países europeus encontram-se, no século XVIII, as duas séries paralelas de *monumentos* (em declínio) e de *documentos* (em plena ascensão).

O século XX: do triunfo do documento à revolução documental

Com a escola positivista, o documento triunfa. O seu triunfo, como bem o exprimiu Fustel de Coulanges, coincide com o do texto. A partir de então, todo o historiador que trate de historiografia ou do mister de historiador recordará que é indispensável o recurso ao documento.

No prefácio à obra coletiva *L'histoire et ses méthodes*, Samaran, enunciando os princípios do método histórico, declara: “Não há história sem documentos” (1961, p. XII).

No seu curso da Sorbonne, de 1945-1946, sobre a historiografia moderna (retomado na obra póstuma *La naissance de l'historiographie moderne*), Lefebvre afirmava igualmente: “Não há notícia histórica sem documentos”; e precisava: “Pois, se dos fatos históricos não foram registrados documentos, ou gravados ou escritos, aqueles fatos perderam-se” (1971, p. 17).

Todavia, se a concepção de documento não se modificava, o seu conteúdo enriquecia-se e ampliava-se. Em princípio, o documento era, sobretudo, um texto. No entanto, o próprio Fustel de Coulanges sentia o limite desta definição. Numa lição pronunciada em 1862 na Universidade de Estrasburgo, declarara: “Onde faltam os monumentos escritos, deve a história demandar às línguas mortas os seus segredos [...]. Deve escutar as fábulas, os mitos, os sonhos da imaginação [...]. Onde o homem passou, onde deixou qualquer marca da sua vida e da sua inteligência, aí está a história” (ed. 1901, p. 245).

Os fundadores da revista *Annales d'Histoire Économique et Sociale* (1929), pioneiros de uma história nova, insistiram sobre a necessidade de ampliar a noção de documento:

A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando estes existem. Mas pode fazer-se, deve fazer-se sem documentos escritos, quando não existem. Com tudo o que a habilidade do historiador lhe permite utilizar para fabricar o seu mel, na falta das flores habituais. Logo, com palavras. Signos. Paisagens e telhas. Com as formas do campo e das ervas daninhas. Com os eclipses da lua e a atrelagem dos cavalos de tiro. Com os exames de pedras feitos pelos geólogos e com as análises de metais feitas pelos químicos. Numa palavra, com tudo o que, pertencendo ao homem, depende do homem, serve o homem, exprime o homem, demonstra a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem.

Toda uma parte, e sem dúvida a mais apaixonante do nosso trabalho de historiadores, não consistirá num esforço constante para fazer falar as coisas mudas, para fazê-las dizer o que elas por si próprias não dizem sobre os homens, sobre as sociedades que as produziram, e para constituir, finalmente, entre elas, aquela vasta rede de solidariedade e de entreatura que supre a ausência do documento escrito? (Febvre, 1949, ed. 1953, p. 428).

E, por seu lado, Bloch, na *Apologie pour l'histoire ou métier d'historien* (1941-1942):

Seria uma grande ilusão imaginar que a cada problema histórico corresponde um tipo único de documentos, especializado para esse uso [...]. Que historiador das religiões se contentaria em consultar os tratados de teologia ou as recolhas de hinos? Ele sabe bem que sobre as crenças e as sensibilidades mortas, as imagens pintadas ou esculpidas nas paredes dos santuários, a disposição e o mobiliário das tumbas, têm pelo menos tanto para lhe dizer quanto muitos escritos.

Por isso, Samaran desenvolve a afirmação anteriormente citada, “não há história sem documentos”, com esta precisão: “Há que tomar a palavra ‘documento’ no sentido mais amplo, documento escrito, ilustrado, transmitido pelo som, pela imagem, ou de qualquer outra maneira” (1961, p. XII).

Mas este alargamento do conteúdo do termo *documento* foi apenas uma etapa para a explosão do documento, que se produziu a partir dos anos 1960 e levou a uma verdadeira *revolução documental* (cf. Glénisson, 1977).

Esta revolução é, ao mesmo tempo, quantitativa e qualitativa. O interesse da memória coletiva e da história já não se cristaliza exclusivamente sobre os grandes homens, os acontecimentos, a história que avança depressa, a história política, diplomática, militar. Interessa-se por todos os homens,

suscita uma nova hierarquia mais ou menos implícita dos documentos; por exemplo, coloca em primeiro plano, para a história moderna, o registro paroquial que conserva para a memória todos os homens (cf. a utilização de documento de base que, de um modo pioneiro, lhe deu Goubert, 1960, e o valor científico que lhe foi reconhecido por Chaunu, 1974, pp. 306 segs.). O registro paroquial, em que são assinalados, por paróquia, os nascimentos, os matrimônios e as mortes, marca a entrada na história das “massas dormentes” e inaugura a era da documentação de massa.

Mas essa dilatação da memória histórica teria, certamente, permanecido no estágio de intenção, de êxito individual de qualquer historiador que reunisse capacidade de trabalho e espírito inovador no interior do tratamento artesanal tradicional do documento, se quase ao mesmo tempo não se tivesse produzido uma revolução tecnológica, a do computador.

Da confluência das duas revoluções nasce a *história quantitativa*, que põe novamente em causa a noção de documento e o seu tratamento. Desejada em primeiro lugar pelos historiadores da economia, obrigados a tomar como documentos de base séries de cifras ou de dados numéricos (cf. Marzewski, 1961), introduzida depois na arqueologia (cf. Gardin, 1971) e na história da cultura (cf., por exemplo, Furet e Ozouf, 1977), a história quantitativa altera o estatuto do *documento*. “O documento, o dado já não existem por si próprios, mas em relação com a série que os precede e os segue, é o seu valor *relativo* que se torna objetivo e não a sua relação com uma inapreensível substância real” (Furet, 1974, pp. 47-48).

A intervenção do computador comporta uma nova periodização na memória histórica: produz-se, a partir de então, um corte fundamental no momento em que se podem constituir séries (sobre a história serial entre os seus numerosos escritos, cf. Chaunu, 1972); tem-se, doravante, uma idade pré-estatística e uma idade quantitativa. Mas é necessário observar que, se este corte corresponde a um grau de diferença das sociedades históricas em relação ao recenseamento — indiferença ou desconfiança em relação ao número para aquém, atenção sempre maior e mais precisa para além —, a história quantitativa, como o demonstra a arqueologia, pode transpor alegremente esta fronteira histórica. Porque a história quantitativa não é nem uma revolução puramente tecnológica nem a consequência de uma emergência do número na história. Não é imposta nem pelo computador nem pelo passado. Como observa Glénisson, no século XIX, ao princípio era o

documento; hoje, ao princípio é o problema. É uma “revolução da consciência historiográfica” (Furet, 1974, p. 53).

A revolução documental tende também a promover uma nova unidade de informação: em lugar do fato que conduz ao acontecimento e a uma história linear, a uma memória progressiva, ela privilegia o dado, que leva à série e a uma história descontínua. Tornam-se necessários novos arquivos, nos quais o primeiro lugar é ocupado pelo *corpus*, a fita magnética. A memória coletiva valoriza-se, institui-se em patrimônio cultural. O novo documento é armazenado e manejado nos bancos de dados. Ele exige uma nova erudição, que balbucia ainda e que deve responder simultaneamente às exigências do computador e à crítica da sua sempre crescente influência sobre a memória coletiva.

A crítica dos documentos: em direção aos documentos/monumentos

Não nos devemos contentar com esta constatação da revolução documental e com uma reflexão crítica sobre a história quantitativa de que esta revolução é o aspecto mais espetacular. Recolhido pela memória coletiva e transformado em documento pela história tradicional (“na história, tudo começa com o gesto de *pôr à parte*, de reunir, de transformar em ‘documentos’ certos objetos distribuídos de outro modo”, como escreve Certeau [1974, I, p. 20]), ou transformado em *dado* nos novos sistemas de montagem da história serial, o documento deve ser submetido a uma crítica mais radical.

Iniciada na Idade Média, consolidada no início do Renascimento, enunciada pelos grandes eruditos do século XVII, aperfeiçoada pelos historiadores positivistas do século XIX, a crítica do documento tradicional foi essencialmente uma procura da autenticidade. Ela persegue os falsos e, por consequência, atribui uma importância fundamental à datação.

De início, a Idade Média fabrica, sem má-fé, falsos diplomas, falsas cartas, falsos textos canônicos, mas, a partir do século XII, a Igreja, e mais particularmente a cúria romana (sobretudo sob o pontificado de Alexandre III e de Inocêncio III), empreende a luta contra os falsos e os falsários. Dá-se um passo importante quando o famoso humanista florentino Lorenzo Valla demonstra, mediante argumentos filológicos e em resposta à demanda de Afonso, o Magnânimo, rei de Aragão e de Sicília, no seu tratado *De falso*

credito et ementita Constantini donatione declamatio (1440), que a famosa doação de Constantino, com a qual o imperador teria feito dom ao papa do Estado pontifício, é falsa. A *Declamatio* é publicada apenas em 1517 pelo amigo de Lutero, Ulrich von Hutten.

Sublinhou-se a importância capital do *De re diplomatica* (1681) de Mabillon. É necessário relacionar esta obra — apesar das polêmicas cortesias que lhe opuseram — com a publicação, empreendida pelos jesuítas, de textos hagiográficos nos *Acta Sanctorum*. Depois do padre Héribert Roswey (Rosweyde), morto em 1629, do padre Jean Bolland (que dará o nome à sociedade dos bolandistas, 1596-1665) e, sobretudo, do padre Daniel van Papenbroeck (Papebroch), que, no início do tomo II de abril dos *Acta Sanctorum*, em 1675, publicou uma dissertação “sobre o discernimento do verdadeiro e do falso nos velhos pergaminhos” (cf. Tessier, 1961), Bloch pôde escrever: “Naquele ano de 1681, o ano da publicação do *De re diplomatica*, uma grande data na história do espírito humano, foi definitivamente fundada a crítica dos documentos de arquivo” (1941-1942).

Mas os fundadores dos *Annales* davam início a uma crítica em profundidade da noção de documento. “Os historiadores ficam passivos, demasiado frequentemente, perante os documentos, e o axioma de Fustel (a história faz-se com textos) acaba por se revestir para eles de um sentido deletério”, afirmava Lucien Febvre (1933, ed. 1953, p. 86), que lamentava, não já a ausência de sentido crítico nos historiadores, que praticavam, todos eles, mais ou menos, a crítica dos documentos preconizada pela École des Chartes e a história positivista do século XIX, mas o fato de que se pusesse em discussão o documento enquanto tal. Assim, Marc Bloch teria escrito:

Não obstante o que por vezes parecem pensar os principiantes, os documentos não aparecem, aqui ou ali, pelo efeito de um qualquer imperscrutável desígnio dos deuses. A sua presença ou a sua ausência no fundo dos arquivos, numa biblioteca, num terreno, dependem de causas humanas que não escapam de forma alguma à análise, e os problemas postos pela sua transmissão, longe de serem apenas exercícios de técnicos, tocam, eles próprios, no mais íntimo da vida do passado, pois o que assim se encontra posto em jogo é nada menos do que a passagem da recordação através das gerações (1941-1942, pp. 29-30).

Mas era necessário ir mais longe.

Já Paul Zumthor tinha aberto a via a novas relações entre documento e monumento. Tratando-se de um muito pequeno número de textos, os mais antigos em língua francesa (séculos VIII-IX), ele propôs uma distinção entre os monumentos linguísticos e os simples documentos. Os primeiros respondem a uma intenção de edificação, “no duplo significado de elevação moral e de construção de um edifício”, enquanto os segundos respondem “apenas às necessidades da intercomunicação corrente” (1960, p. 8). Confrontando os textos latinos e os testemunhos em língua vulgar da época, Paul Zumthor quase identificou escrito e monumento: “O escrito, o texto é mais frequentemente *monumento* do que *documento*”. Mas, mais adiante, admite “que houve monumentos ao nível de expressão vulgar e oral” e que existiram “tradições monumentais orais” (op. cit., p. 6). O que distingue a língua monumental da língua documental é “esta elevação, esta verticalidade” que a gramática confere a um documento, transformando-o em monumento. Por isso, a língua vulgar, que provisoriamente permaneceu no plano documental, só pouco a pouco se transformará em “francês monumental” (op. cit., p. 17). Por outro lado, duas observações de Zumthor conduzem-nos ao centro do problema. “O futuro ‘francês’ foi identificado como uma entidade linguística particular na medida em que passou [...] conforme as necessidades do verdadeiro direito do rei, ao estado monumental”. E ainda: “O testemunho dos monumentos mais numerosos, mais antigos e mais explícitos revela-nos quanto deve ter influído, na tomada de consciência linguística da alta Idade Média, a revolução política que então se operava nos reinos mais orgânicos da România: Gália merovíngia, Espanha visigótica, Lombardia” (op. cit., p. 13).

Assim, Paul Zumthor descobria o que transforma o documento em monumento: a sua utilização pelo poder. Mas hesitava em transpor o fosso que consistia em reconhecer em todo o documento um monumento. Não existe um documento objetivo, inócuo, primário. A ilusão positivista (que, bem entendido, era produzida por uma sociedade cujos dominantes tinham interesse em que assim fosse), a qual via no documento uma prova de boa-fé, desde que fosse autêntico, pode muito bem detectar-se ao nível dos dados mediante os quais a atual revolução documental tende a substituir os documentos.

A concepção do documento/monumento é, pois, independente da revolução documental, e entre os seus objetivos está o de evitar que esta revo-

lução necessária se transforme num derivativo e desvie o historiador do seu dever principal: a crítica do documento — qualquer que ele seja — enquanto monumento. O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa.

Michel Foucault colocou claramente a questão. Antes de mais nada, ele declara que os problemas da história podem se resumir numa só palavra: “questionar o documento” (1969, p. 13). E logo recorda: “O documento não é o feliz instrumento de uma história que seja, em si própria e com pleno direito, *memória*: a história é uma certa maneira de uma sociedade dar estatuto e elaboração a uma massa documental de que se não separa” (op. cit., p. 13).

Segue-se-lhe a definição de revolução documental em profundidade e da nova tarefa que se apresenta ao historiador:

A história, na sua forma tradicional, dedicava-se a “memorizar” os *monumentos* do passado, a transformá-los em *documentos* e em fazer falar os traços que, por si próprios, muitas vezes não são absolutamente verbais, ou dizem em silêncio outra coisa diferente do que dizem; nos nossos dias, a história é o que transforma os *documentos* em *monumentos* e o que, onde dantes se decifravam traços deixados pelos homens, onde dantes se tentava reconhecer em negativo o que eles tinham sido, apresenta agora uma massa de elementos que é preciso depois isolar, reagrupar, tornar pertinentes, colocar em relação, constituir em conjunto (op. cit., pp. 13-14).

Assim como dantes a arqueologia tendia para a história, “poder-se-ia dizer, jogando um pouco com as palavras, que a história, nos nossos dias, tende para a arqueologia, para a descrição intrínseca do monumento” (op. cit., p. 14).

Tomarei como exemplo de uma nova atitude em relação ao documento, considerado monumento, o estudo de Monique Clavel-Lévêque, *Les Gaulles et les gaulois* (1974), que antes de mais nada se integra ao neomarxismo e não se reivindica foucaultiana. Certamente que o documento analisado aqui é um documento literário, a descrição das Gálias e dos gauleses na *Geografia* de Estrabão (IV, 58, V, 25), mas dado como um texto “científico”

objetivo, uma descrição. Mediante uma “completa assunção do discurso considerado nas condições concretas em que foi produzido”, que comporta uma pluralidade de leituras, recorrendo de preferência a análises estruturalistas, Monique Clavel-Lévêque desmonta, desestrutura o documento, pondo em evidência o seu caráter de monumento. Uma oposição fundamental, antigamente/hoje, revela que, nas Gálias, tudo corre melhor depois de terem passado para o benéfico domínio de Roma. Um estudo das menções de rios mostra que elas estão ligadas a uma estrutura subjacente, um discurso subterrâneo que, pela aproximação entre rios — vias navegáveis — transportes — mercadorias — produções — desenvolvimento — conquista, tende na prática a sublinhar também o caráter vantajoso que teve, para as Gálias, a conquista romana. A descrição do gaulês, definida, sobretudo, pelas suas relações com a natureza e a guerra, é estruturada de modo a fazer ressaltar uma espécie de “bom selvagem” a quem os romanos trouxeram a civilização, que ele acolhe bem e demonstra aceitar.

Assim, Monique Clavel-Lévêque revela, com a sua análise, que o documento é composto de elementos que “funcionam como um ‘inconsciente cultural’, que assume um papel decisivo, e intervêm para orientar uma apreensão, um conhecimento, uma apresentação das Gálias [...] profundamente baseada nas lutas e nas realidades imperialistas do momento” (1974, p. 90). Tal resultado só pode ser atingido porque a autora considerou o seu documento como um monumento cujas condições de produção histórica — logo, cuja intencionalidade inconsciente — era preciso encontrar, através de uma crítica interna.

Mas seja-me permitido, enfim, recordar o apelo a uma revisão da noção de documento, lançado por Pierre Toubert e por mim no 100º Congresso Nacional das Sociedades de Cultura Francesa, realizado em Paris em 1975 (cf. Le Goff e Toubert, 1977, pp. 38-39).

O medievalista (e, poder-se-ia acrescentar, o historiador) que procura uma história total deve repensar a própria noção de documento. A intervenção do historiador que escolhe o documento, extraindo-o do conjunto dos dados do passado, preferindo-o a outros, atribuindo-lhe um valor de testemunho que, pelo menos em parte, depende da sua própria posição na sociedade da sua época e da sua organização mental, insere-se numa situação inicial que é ainda menos “neutra” do que a sua intervenção. O documento não é inócuo. É, antes de mais nada, o resultado de uma montagem, cons-

ciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados, desmistificando-lhe o seu significado aparente. O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro — voluntária ou involuntariamente — determinada imagem de si próprias. No limite, não existe um documento-verdade. Todo o documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo. Os medievalistas, que tanto trabalharam para construir uma crítica — sempre útil, decerto — do falso, devem superar esta problemática, porque qualquer documento é, ao mesmo tempo, verdadeiro — incluindo talvez sobretudo os falsos — e falso, porque um monumento é em primeiro lugar uma roupagem, uma aparência enganadora, uma montagem. É preciso começar por desmontar, demolir esta montagem, desestruturar esta construção e analisar as condições de produção dos documentos-monumentos.

Ora, esta desmontagem do documento-monumento não pode fazer-se com o auxílio de uma única crítica histórica. Numa perspectiva de descobrimento dos falsos, a diplomática, cada vez mais aperfeiçoada, cada vez mais inteligente, sempre útil, repetimo-lo, é suficiente. Mas não pode — ou, pelo menos, não pode sozinha — explicar o significado de um documento/monumento como um cartulário. Produto de um centro de poder, de um senhorio quase sempre eclesiástico, um cartulário deve ser estudado numa perspectiva econômica, social, jurídica, política, cultural, espiritual, mas, sobretudo, enquanto instrumento de poder. Foi dito, justamente, que um cartulário constituía um conjunto de provas que é fundamento de direitos. É preciso ir mais longe. Ele é o testemunho de um poder polivalente e, ao mesmo tempo, cria-o.

Mais ainda do que estes múltiplos modos de abordar um documento, para que ele possa contribuir para uma história total, importa não isolar os documentos do conjunto de monumentos de que fazem parte. Sem subestimar o texto que exprime a superioridade, não do seu testemunho, mas do ambiente que o produziu, monopolizando um instrumento cultural de grande porte, o medievalista deve recorrer ao documento arqueológico, sobretudo àquele que faz parte do método estratográfico, ao documento

iconográfico, às provas que fornecem métodos avançados, como a história ecológica que faz apelo à fenologia, à dendrologia, à palinologia: tudo o que permite a descoberta de fenômenos *in loco* (a semântica histórica, a cartografia, a fotografia aérea, a fotointerpretação) é particularmente útil.

O novo documento, alargado para além dos textos tradicionais, transformado — sempre que a história quantitativa é possível e pertinente — em dado, deve ser tratado como um documento/monumento. De onde a urgência de elaborar uma nova erudição capaz de transferir este documento/monumento do campo da memória para o da ciência histórica.

Referências bibliográficas

- BARRET-KRIEGEL, B. “Les historiens et le pouvoir, XVII^e-XVIII^e siècles”, *Annales. Économies. Sociétés, Civilisations*, XXXIII, n^o 2, 1978.
- BLOCH, M. (1941-1942). *Apologie pour l'histoire ou métier d'historien*. Paris: Colin, 1949 (trad. port. Rio de Janeiro: Zahar, 2002).
- CERTEAU, M. de. “L’opération historique”, in J. Le Goff e P. Nora (orgs.), *Faire de l'histoire*, Paris: Gallimard, 1974 (trad. port. Amadora: Bertrand, 1977, pp. 17-58).
- CHAUNU, P. “Un nouveau champ pour l’histoire sérielle, le quantitatif au troisième niveau”, in *Mélanges offerts à Fernand Braudel*, tomo II. Toulouse: Privat, 1972.
- _____. *Histoire science sociale. La durée, l'espace et l'homme à l'époque moderne*. Paris: CDU-Sedes, 1974.
- CLAVEL-LÉVÈQUE, M. “Les gaules et les gaulois, pour une analyse du fonctionnement de la Géographie de Strabon”, *Dialogues d'Histoire Ancienne*, n^o I, 1974, pp. 75-93.
- EHRARD, J. e PALMADE, G. *L'histoire*. Paris: Colin, 1964.
- FEBVRE, L. “Ni histoire à thèse ni histoire-manuel. Entre Benda et Seignobos”, *Revue de Synthèse*, V, 1933; atualmente também em L. Febvre (org.), *Combats pour l'histoire*. Paris: Colin, 1953, pp. 80-98 (trad. port. Lisboa: Presença, 1989).
- _____. “Vers une autre histoire”, *Revue de Métaphysique et de Morale*, LVIII, 1949; atualmente também em *Combats pour l'histoire*. Paris: Colin, 1953, pp. 419-38 (trad. port. Lisboa: Presença, 1989).
- FOUCAULT, M. *L'archéologie du savoir*. Paris: Gallimard, 1969 (trad. port. São Paulo: Forense Universitária, 1989).

- FURET, F. “Le quantitatif en histoire”, in J. Le Goff e P. Nora (orgs.), *Faire de l'histoire*. Paris: Gallimard, 1974 (trad. port. Amadora: Bertrand, 1977, pp. 59-79).
- FURET, F. e OZOUEF, J. *Lire et écrire. L'alphabétisation des français de Calvin à Judes Ferry*. Paris: Minuit, 1977.
- FUSTEL DE COULANGES, N.-D. (1862). “Une leçon d’ouverture et quelques fragments inédits” (aula ministrada na Universidade de Estrasburgo), *Revue de Synthèse Historique*, II/3, n^o 6, 1901, pp. 241-63.
- _____. (1888). “La monarchie franque”, in *Histoire des institutions politiques de l'ancienne France*, tomo III. Paris: Hachette, 1875-1889.
- GARDIN, J.-C. “Archéologie et calculateurs, nouvelles perspectives”, *Revue Internationale de Sciences Sociales*, XXIII, n^o 2, 1971, pp. 204-18.
- GLÉNISSON, J. “Uma história entre duas erudições”, *Revista de História*, CX, 1977.
- GOUBERT, P. *Beauvais et le beauvois de 1600 à 1730*. Paris: Sevpen, 1960.
- LEFEBVRE, G. (1945-1946). *La naissance de l'historiographie moderne*. Paris: Flammarion, 1971.
- LE GOFF, J. e TOUBERT, P. “Une histoire totale du Moyen Âge est-elle possible?”, in *Actes do 100^o Congrès National des Sociétés savantes, Paris, 1975*. Paris: Secrétariat d’État aux Universités, 1977.
- MARCZEWSKI, J. V. “Histoire quantitative, buts et méthodes”, in J. V. Marczewski (org.), *Histoire quantitative de l'économie française*. Paris: ISEA, 1961.
- SAMARAN, C. (org.). *L'histoire et ses méthodes*, XI. Paris: Gallimard, 1961, Encyclopédie de la Pléiade.
- TESSIER, G. “Diplomatique”, in C. Samaran (org.), *L'histoire et ses méthodes*, XI. Paris: Gallimard, 1961, Encyclopédie de la Pléiade.
- THIERRY, A. (1837). *Rapport sur les travaux de la collection des monuments inédits de l'histoire du Tiers État, adressé à M. Guizot, ministre de l'Instruction Publique, le 10 mars 1837*. Paris: Tessier, s.d.
- ZUMTHOR, P. “Document et monument. À propos des plus anciens textes de langue française”, *Revue des Sciences Humaines*, fac. 97, 1960, pp. 5-19.